



# ANÁLISE DO PERFIL DOS TRABALHADORES DO SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM SANTA CATARINA

Leandro Hupalo

<https://orcid.org/0000-0002-8914-577X>

Gabriel da Silva Leffer

<https://orcid.org/0009-0000-0965-0745>

Natacia Farias da Rosa

<https://orcid.org/0009-0006-6242-2438>

## RESUMO

O setor de Tecnologia da Informação (TI) constitui um dos principais motores do desenvolvimento econômico e da inovação social, desempenhando papel fundamental na transformação digital de empresas e instituições públicas. Em Santa Catarina, polo relevante da tecnologia no Brasil, compreender a composição e as características da força de trabalho formal em TI é essencial para avaliar seu impacto e identificar desafios relacionados à inclusão e à qualificação profissional. O objetivo geral deste estudo é analisar o perfil dos trabalhadores formais de TI do setor de serviços em Santa Catarina. De forma específica, busca-se: (a) identificar a distribuição regional da força de trabalho; (b) examinar as características demográficas quanto a gênero, faixa etária e escolaridade; e (c) comparar a remuneração média entre diferentes atividades do setor. A pesquisa caracteriza-se como básica, de abordagem mista e natureza exploratória, utilizando dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2023. Foram realizadas análises estatísticas descritivas, com a elaboração de tabelas e gráficos que evidenciam padrões demográficos e econômicos. Os resultados apontam para a predominância masculina (63,93%), concentração de trabalhadores jovens entre 25 e 39 anos e alta exigência de escolaridade, com 76,6% apresentando nível superior completo ou incompleto. A análise das atividades mostra maior remuneração em desenvolvimento sob encomenda, contrastando com valores mais baixos em suporte técnico. O estudo evidencia desigualdades estruturais e reforça a necessidade de políticas de inclusão no setor.

**Palavras-chave:** Força de trabalho; Desigualdades sociais; Desenvolvimento regional.

## 1 INTRODUÇÃO

A força de trabalho do setor de Tecnologia da Informação (TI) tem se consolidado como um dos principais motores do desenvolvimento econômico e social contemporâneo. Esse segmento, caracterizado pela constante inovação e pela alta demanda por soluções digitais, é essencial para impulsionar a competitividade das empresas e a modernização dos serviços públicos e privados. Em um contexto global marcado pela transformação digital, o setor de TI se destaca como vetor de crescimento sustentável e de geração de

empregos qualificados, contribuindo significativamente para o fortalecimento das economias regionais.

Em Santa Catarina, onde se encontram polos tecnológicos de referência nacional, compreender a estrutura e o perfil da mão de obra formal da TI é fundamental para o planejamento de políticas públicas, estratégias de inovação e programas de qualificação profissional. Conforme apontam Silva e Gonçalves (2025), a participação feminina no mercado de TI brasileiro entre 2020 e 2024 permanece limitada, refletindo as desigualdades de gênero ainda presentes no setor. Essa realidade também é observada em Santa Catarina, onde predomina a presença masculina, reforçando a necessidade de iniciativas que promovam maior equidade e diversidade na área tecnológica.

No entanto, o perfil dessa força de trabalho não está isento de assimetrias. A análise evidencia desigualdades de gênero, com predominância masculina no setor, e uma concentração etária em trabalhadores jovens, sobretudo entre 25 e 39 anos. Além disso, observa-se uma forte exigência de escolaridade formal, com destaque para a predominância do ensino superior completo, demonstrando a valorização do capital humano altamente qualificado, mas também apontando barreiras de acesso para grupos sociais com menor escolarização. Visentini et al. (2022) discutem como o campo de TI é caracterizado por um ambiente dominado por homens, onde as exigências de conhecimento técnico podem contribuir para a sub-representação feminina e a segregação ocupacional.

Tais fatores revelam que, embora o setor seja dinâmico e em expansão, ainda há desafios importantes em termos de inclusão e diversidade. É fundamental que as políticas públicas se pautem por iniciativas que promovam a equidade de gênero e a formação técnica, alinhando-se assim aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente no que tange à redução das desigualdades e à promoção de trabalho decente (Sousa, 2025). Sendo assim, o estudo tem como pergunta norteadora: qual o perfil dos trabalhadores formais do setor de TI em Santa Catarina em relação ao gênero, faixa etária, escolaridade e remuneração

Diante desse cenário, o objetivo geral do estudo é analisar o perfil dos trabalhadores formais do setor de TI em Santa Catarina. Especificamente, busca-se: a) identificar a distribuição regional da força de trabalho no setor; b) examinar as características demográficas, considerando gênero, faixa etária e nível de escolaridade; e c) comparar a remuneração média entre diferentes grupos e atividades do setor. Esses objetivos permitem compreender não apenas a composição atual da mão de obra, mas também as desigualdades estruturais que a permeiam. Apesar do destaque de Santa Catarina no cenário tecnológico nacional, ainda existem poucas análises recentes e sistemáticas sobre o perfil da força de trabalho formal do setor de TI no estado, o que reforça a originalidade e a necessidade deste estudo.

A justificativa deste estudo apoia-se nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e nas lacunas existentes na literatura sobre o tema. Os ODS 5 (Igualdade de Gênero), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e 10 (Redução das Desigualdades) evidenciam a necessidade de promover a equidade e a valorização da diversidade no mercado de trabalho, especialmente em áreas estratégicas como a Tecnologia da Informação (TI), onde as disparidades de gênero e oportunidades ainda são

significativas. Além disso, observa-se uma escassez de pesquisas que abordem a realidade catarinense sob essa perspectiva, o que confere originalidade e relevância ao estudo. A investigação propõe-se a preencher essa lacuna, fornecendo evidências que possam subsidiar políticas públicas e orientar estratégias empresariais voltadas à construção de um setor de TI mais inclusivo, sustentável e alinhado às metas globais de desenvolvimento.

Pesquisas apresentadas em edição anterior do Seminário Internacional de Educação, Empreendedorismo e Gestão de Projetos (SIEEG) destacam a importância de estudos regionais sobre trabalho, tecnologia e desigualdades, reforçando a pertinência do presente estudo no contexto das discussões sobre desenvolvimento inclusivo (Valpassos, 2025; Ferreira et al., 2025).

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O setor TI tem se estruturado ao longo das últimas décadas como um dos pilares da economia moderna. Desde a popularização dos computadores na década de 1980 até a era da internet e das tecnologias móveis, o campo da TI evoluiu rapidamente, transformando-se em um componente central para o desenvolvimento da sociedade contemporânea. O crescimento das startups e das empresas de tecnologia em regiões como o Vale do Silício nos Estados Unidos e, mais recentemente, em centros tecnológicos emergentes no Brasil, sinaliza a crescente importância desse setor no mercado global (Gomes et al., 2017). Este desenvolvimento reflete não apenas uma mudança nas práticas laborais, mas também uma reconfiguração nas habilidades demandadas, com a valorização da criatividade e do conhecimento técnico, fator que tem atraído um grande número de jovens (Nascimento et al., 2021)

No entanto, a meritocracia que muitas vezes caracteriza o setor também oculta desigualdades existentes. Fruto da história de exclusão no acesso à educação formal, as questões de gênero, raça e escolaridade têm se mostrado relevantes na composição do perfil dos trabalhadores da TI. Pesquisa recente indica que, embora as mulheres estejam cada vez mais presentes no setor, sua participação ainda é significativamente inferior à dos homens, o que aponta para questões estruturais que permeiam a educação e oportunidades de carreira (Oliveira et al., 2021). Entre as informações validadas, observa-se que as mulheres enfrentam não apenas barreiras de entrada, mas também experiências de discriminação no ambiente de trabalho, o que pode ser um fator desmotivador (Moura; Paiva, 2018)

Em relação à escolaridade, trabalhadores do setor de TI geralmente apresentam níveis elevados de educação formal, com a maioria possuindo pelo menos um diploma de curso superior (Nascimento et al., 2021) e muitos com especializações e certificações em áreas específicas (Pereira et al., 2021). A relação entre escolaridade e remuneração nesse setor é direta, com profissionais mais altamente qualificados frequentemente recebendo salários superiores à média do mercado (Lampert et al., 2016). No entanto, a possibilidade de acesso a essa qualificação não é homogênea. A desigualdade educacional ainda influencia a renda e a posição ocupacional dos indivíduos, com aqueles que vêm de comunidades marginalizadas e de baixa renda enfrentando maiores dificuldades para obter acesso à educação superior de qualidade (Medina; Maia, 2016)

Além disso, as questões raciais têm um impacto significativo no perfil dos trabalhadores formais da TI. Um estudo revelou que indivíduos de raças historicamente e socialmente marginalizadas, como os negros e pardos, continuam a ser sub-representados na indústria de tecnologia, refletindo uma continuidade de padrões de exclusão e discriminação que se manifestam no acesso à educação e, conseqüentemente, às oportunidades profissionais (Marinho et al., 2019; Duarte et al., 2018). Isso gera um ciclo vicioso, onde a falta de representatividade pode afetar as decisões nas políticas de recrutamento e desenvolvimento de talentos. A assimetria entre os grupos pode ser alimentada por estereótipos de gênero e raça que reduzem a visibilidade de talentos que não atendem ao "perfil padrão" frequentemente desejado pelas contratações no setor (Oliveira et al., 2021)

A interação entre gênero e raça contribui para que as desigualdades sejam ainda mais complexas. Profissionais que se encontram nas intersecções de múltiplas identidades marginalizadas enfrentam maiores desafios. As mulheres negras, por exemplo, não apenas enfrentam a sub-representação no setor, mas também têm menos acesso a oportunidades de desenvolvimento profissional e promoção (Brito; Roncalli, 2024; Silva et al., 2021). Isso evidencia a importância de uma abordagem interseccional na formulação de políticas que visem a inclusão, que considere tanto a raça quanto o gênero como variáveis críticas na análise das oportunidades de emprego na TI

Em resposta a essas desigualdades pretéritas e persistentes, têm surgido iniciativas dentro do setor de TI que buscam promover a inclusão e a diversidade. Programas de mentoria e bolsas de estudos voltados para mulheres e profissionais de raça negra são exemplos concretos de esforços para reverter a baixa representação e as disparidades de gênero e raça na área (Viana et al., 2024; Schäfer et al., 2021). Essas ações são essenciais para criar um ambiente de trabalho que não apenas reconheça, mas valorize a diversidade como um ativo estratégico

Finalmente, a caracterização dos trabalhadores formais do setor de TI deve sempre estar em diálogo com as transformações sociais mais amplas. O avanço da sociedade em direção à igualdade racial e de gênero é crucial para a construção de um ambiente profissional mais inclusivo e representativo. Uma compreensão crítica das dinâmicas laborais e das interseções entre gênero, raça e escolaridade pode informar práticas de recrutamento mais justas e inclusivas, contribuindo para o fortalecimento da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho da tecnologia da informação (Mota et al., 2022; Batista et al., 2019)

Esta análise ressalta a necessidade de uma compreensão holística do perfil dos trabalhadores do setor de TI, considerando a interação de múltiplos fatores que moldam suas experiências. É imperativo que as políticas públicas e as escolhas organizacionais reflitam essas complexidades para promover um futuro mais justo e colaborativo na indústria de tecnologia (Oliveira et al., 2021; Souza et al., 2015).

### **3 METODOLOGIA**

A presente pesquisa caracteriza-se como uma abordagem mista, capaz de integrar tanto métodos quantitativos quanto qualitativos, permitindo não apenas a mensuração de

dados, mas também a interpretação crítica destes. Essa metodologia é essencial, pois possibilita uma compreensão mais profunda dos fenômenos sociais, destacando a importância das análises qualitativas como complementares às estatísticas (Stefano et al., 2020). Além disso, a pesquisa é classificada como básica, orientada pela produção de conhecimento teórico que, embora não tenha aplicação prática imediata, tem potencial para informar decisões estratégicas e políticas públicas, corroborando a análise de egressos dos cursos de Educação Física que evidencia a relação entre formação e o mercado de trabalho (Milan et al., 2019)

A pesquisa é exploratória, visando proporcionar uma melhor familiaridade com o fenômeno laboral no setor de Tecnologia da Informação (TI) em Santa Catarina. O uso de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2023 reforça a construção de hipóteses e a identificação de padrões relevantes, destacando a representatividade e complexidade do mercado de trabalho local (Godoi et al., 2020). Dentro desse escopo, a amostra é constituída pela força de trabalho formal registrada, permitindo uma análise ampla e representativa da mão de obra qualificada, predominantemente jovem e com predominância masculina. Entretanto, a crescente inclusão de mulheres nesse setor, assim como o alto nível de escolarização, sugere um fenômeno de inclusão e diversificação no ambiente de trabalho (Longen et al., 2018; Rodrigues et al., 2019)

Os dados, públicos e abertos, foram coletados por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) referente ao ano-base de 2023, cobrindo diversas variáveis demográficas e socioeconômicas essenciais para a análise do mercado de trabalho em TI. A escolha por essa fonte se justifica pela confiabilidade e abrangência dos dados, que são fundamentais para análises estatísticas descritivas e inferenciais.

Como consequência, conforme a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE 2.0) (IBGE, 2025), foram considerados neste estudo apenas trabalhadores formais vinculados ao setor de serviços, especificamente em atividades dos serviços de tecnologia da informação (grupo 62.0), sendo elas: desenvolvimento de programas de computador sob encomenda (classe 62.01-5), desenvolvimento de licenciamento de programas customizáveis (classe 62.02-3), web design (classe 62.01-5/02), desenvolvimento de licenciamento de programas não-customizáveis (classe 62.03-1), consultoria em tecnologia da informação (classe 62.04-0) e suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação (classe 62.09-1)

Tais análises quantificam características do setor e permitem comparações significativas, não só entre as diferentes funções dentro da TI, mas também entre Santa Catarina e outros estados da Região Sul (Miorin et al., 2018). Assim, o uso de tabelas e gráficos facilita a visualização dos padrões de classificação por gênero, faixa etária e escolaridade, alinhando-se aos ODS 5, 8 e 10 na promoção da igualdade de gênero e no combate às desigualdades econômicas (Godoi et al., 2020)

Por fim, a metodologia empregada, alicerçada na utilização de dados oficiais e na aplicação de análises estatísticas rigorosas, possibilita uma interpretação crítica, direcionando futuras pesquisas e intervenções sociais. Esse enfoque evidencia a relevância de uma compreensão aprofundada do mercado de trabalho e das dinâmicas de inclusão e exclusão que permeiam o setor de TI em Santa Catarina, ampliando a base de conhecimento sobre o impacto socioeconômico regional (Bastiani; Trevisol, 2018).

Cabe destacar que os dados utilizados provêm da RAIS 2023, disponibilizados em formato agregado e totalmente anonimizados pelo Ministério do Trabalho, assegurando conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e impossibilitando a identificação de trabalhadores ou empresas.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De forma geral, os resultados revelam três padrões centrais: (a) predominância masculina; (b) juventude da força de trabalho; e (c) elevada exigência de escolaridade, especialmente ensino superior completo. A análise dos dados da RAIS 2023 revela um panorama detalhado sobre o perfil dos trabalhadores formais do setor de TI em Santa Catarina, destacando desigualdades de gênero, a concentração etária em faixas específicas e o alto nível de escolaridade da força de trabalho.

A Tabela 1 apresenta a caracterização da amostra quanto ao gênero, faixa etária e escolaridade.

Tabela 1 – Caracterização da amostra

Item	Categoria	Frequência absoluta	Frequência relativa
Gênero	Masculino	28.743	63,93%
	Feminino	16.218	36,07%
Faixa etária	Até 17 anos	243	0,54%
	18 a 24 anos	8.482	18,87%
	25 a 29 anos	10.939	24,33%
	30 a 39 anos	16.676	37,09%
	40 a 49 anos	6.561	14,59%
	50 a 59 anos	1.578	3,51%
	60 anos ou mais	482	1,07%
Escolaridade	Analfabeto	21	0,05%
	Fundamental incompleto	104	0,23%
	Fundamental completo	163	0,36%
	Médio incompleto	784	1,74%
	Médio completo	9.420	20,95%
	Superior incompleto	10.305	22,92%
	Superior completo	24.164	53,74%

Fonte: RAIS (2023).

Considerando a Tabela 1, a distribuição dos trabalhadores do setor de TI em Santa Catarina revela uma predominância masculina significativa: 63,93% dos postos são ocupados por homens, enquanto as mulheres representam 36,07% do total. Essa assimetria confirma um padrão histórico de sub-representação feminina em áreas de ciência e tecnologia, já amplamente identificado em pesquisas nacionais e internacionais. A presença reduzida das mulheres pode estar relacionada tanto a barreiras de acesso à formação em cursos da área quanto a obstáculos estruturais no mercado de trabalho, como estereótipos de gênero e práticas discriminatórias.



O crescimento da participação feminina no setor de tecnologia da informação (TI), embora ainda tímido, sinaliza avanços importantes rumo à equidade. A presença de mais de 16 mil mulheres em empregos formais de TI indica que esforços de inclusão e valorização têm surtido efeito, embora esses esforços ainda sejam insuficientes para corrigir as desigualdades existentes. Assim, o fortalecimento de políticas públicas e iniciativas privadas voltadas à diversidade pode ser decisivo para ampliar a participação das mulheres e reduzir a disparidade salarial frequentemente associada a essa representatividade.

A literatura sugere que políticas de capacitação profissional têm potencial para promover melhorias nas condições e na inclusão das mulheres no mercado de trabalho. Santos e Menezes discutem a importância de um enfoque estruturado para o empoderamento feminino nas gestões públicas (Santos; Menezes, 2023). Cardoso et al. (2024) também afirmam que arranjos produtivos locais que considerem a perspectiva de gênero podem ter um impacto positivo no desenvolvimento econômico.

No que tange ao perfil etário dos trabalhadores formais de TI em Santa Catarina, conforme a Tabela 1, evidencia-se um setor marcado pela juventude. As faixas de 25 a 29 anos (24,33%) e de 30 a 39 anos (37,09%) concentram mais de 60% dos profissionais, evidenciando que a maior parte da mão de obra está em início ou meio de carreira. Esse dado sugere que o setor se apresenta como porta de entrada atrativa para jovens qualificados, ao mesmo tempo em que reflete a necessidade constante de adaptação às mudanças tecnológicas, o que exige atualização contínua de competências.

Por outro lado, a participação reduzida de trabalhadores com 50 anos ou mais (apenas 4,58%) sugere que a presença de profissionais mais velhos no setor é limitada, indicando possíveis barreiras para a permanência dessas pessoas no mercado de trabalho e uma rápida substituição generacional. Esse cenário levanta inquietações sobre as práticas de retenção de talentos seniores e a valorização da experiência acumulada.

Vieira et al. (2024) ressaltam que a inserção de profissionais experientes é fundamental para equilibrar as dinâmicas do mercado de trabalho, evidenciando que a valorização da experiência ainda constitui uma lacuna nas práticas de gestão de talentos das empresas. De forma complementar, Nascimento et al. (2024) apontam a importância de políticas públicas voltadas à criação de ambientes laborais inclusivos para diferentes faixas etárias, assegurando oportunidades equitativas e o aproveitamento do potencial de trabalhadores de todas as idades como estratégia para fortalecer a diversidade e a sustentabilidade organizacional.

Os resultados apontam para um setor altamente qualificado, ainda de acordo com a Tabela 1. Mais da metade dos trabalhadores (53,74%) possui ensino superior completo, enquanto outros 22,92% têm curso superior incompleto, consolidando a exigência de formação acadêmica como critério de inserção. Esse padrão demonstra que o setor valoriza intensamente o capital humano especializado, com base em competências técnicas e formação sólida. Apenas 20,95% dos trabalhadores possuem ensino médio completo, e os demais níveis educacionais apresentam presença residual, inferior a 2% cada.

Esse cenário reforça a relação entre escolaridade e empregabilidade no setor de TI, além de evidenciar um filtro social, já que o acesso à educação superior de qualidade ainda

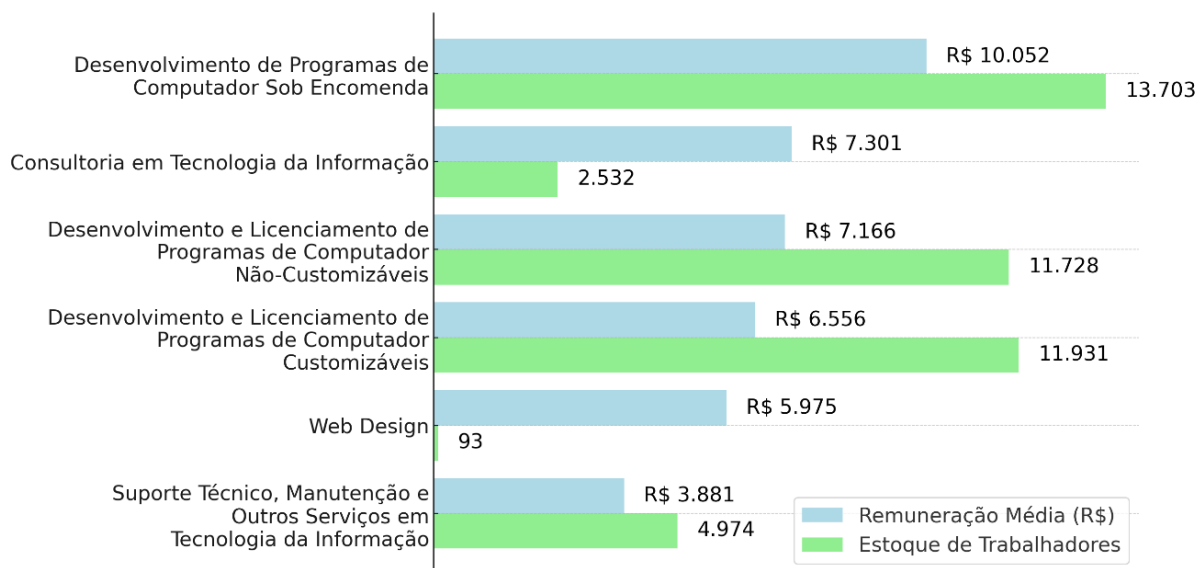


é desigual no Brasil. A concentração de trabalhadores com alta escolaridade reflete a valorização da especialização e das certificações técnicas, muitas vezes associadas a melhores oportunidades de ascensão profissional e remuneração. Em contrapartida, a baixa participação de profissionais com níveis de escolaridade mais baixos expõe a necessidade de políticas que democratizem o acesso à formação em tecnologia, ampliando a inclusão social e profissional no setor.

Dantas e Castilho (2023) destacam que a desigualdade no acesso à educação afeta diretamente a inserção de diferentes grupos no mercado de trabalho, representando uma barreira significativa para indivíduos com menor nível de escolaridade. Nesse contexto, Neves e Cunha (2018) reforçam que as políticas públicas precisam considerar a inclusão digital como elemento fundamental na redução dessas desigualdades. A ampliação do acesso às tecnologias da informação e comunicação é apontada pelos autores como um caminho essencial para promover equidade e ampliar as oportunidades no setor de Tecnologia da Informação.

O Gráfico 1 apresenta a relação entre as atividades dos serviços de TI, o estoque de empregos e a remuneração média mensal.

Gráfico 1 – Relação entre as atividades dos serviços de TI, estoque de empregos e remuneração média mensal.



Fonte: RAIS (2023).

A análise do Gráfico 1 revela diferenças significativas entre as áreas de atuação no setor de TI em Santa Catarina, evidenciando tanto o estoque de trabalhadores quanto as variações na remuneração média mensal. A atividade de Desenvolvimento de Programas de Computador Sob Encomenda se destaca ao reunir 13.703 profissionais e apresentar uma remuneração média de R\$ 10.051,74, indicando que este segmento, que requer soluções tecnológicas personalizadas e conhecimento técnico avançado, é considerado o mais valorizado economicamente dentro do setor.

Comparativamente, estudos sobre a força de trabalho em Ciência e Tecnologia em Santa Catarina indicam que a concentração de empregos em atividades de alto valor agregado, como o desenvolvimento sob encomenda, reflete uma tendência observada em várias regiões do país, onde a valorização salarial tende a ser proporcional à complexidade e customização do trabalho realizado (Bonini et al., 2022).

Por outro lado, as áreas como Desenvolvimento e Licenciamento de Programas de Computador Customizáveis e Não-Customizáveis, que englobam 11.931 e 11.728 trabalhadores, respectivamente, apesar de apresentarem um número expressivo de empregos, têm remunerações médias inferiores que variam de R\$ 6.500,00 a R\$ 7.100,00. Esse fenômeno sugere que a padronização dos produtos tende a reduzir as expectativas salariais, um ponto enfatizado por pesquisas que mostram que a natureza operacional de tarefas, como Suporte Técnico e Manutenção, que aloca 4.974 trabalhadores com uma média de R\$ 3.881,02, acaba refletindo no valor mais baixo dessas funções (Felizola et al., 2023). O mesmo se aplica ao campo do Web Design, onde a limitação de empregos e a remuneração de R\$ 5.975,46 evidenciam a restrição de atuação nesse nicho, corroborando a noção de que as habilidades especializadas, embora valorizadas, não têm a mesma valorização econômica em contextos de maior padronização de serviços e produtos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam que o setor de TI em Santa Catarina é altamente qualificado, predominantemente masculino e composto majoritariamente por trabalhadores jovens. Atividades de desenvolvimento sob encomenda concentram mais empregos e maiores salários, enquanto suporte técnico e web design permanecem menos valorizados, embora essenciais ao ecossistema digital. Os achados dialogam com os ODS 5, 8 e 10, ao revelar desigualdades estruturais que exigem políticas públicas e ações empresariais voltadas à inclusão e equidade. O estudo oferece diagnóstico atualizado, baseado em microdados oficiais, capaz de subsidiar decisões estratégicas de gestores, empresas e instituições de ensino na promoção de um setor mais inclusivo.

Entre as principais limitações do estudo está o uso exclusivo de dados secundários da RAIS 2023, o que restringe a compreensão de aspectos subjetivos, como condições de trabalho, perspectivas de carreira e percepções de desigualdade dos trabalhadores. Além disso, a análise não contemplou variáveis de interseccionalidade mais detalhadas, como raça e origem socioeconômica, que poderiam enriquecer a discussão sobre inclusão no setor de TI.

Como possibilidade de continuidade, sugere-se a realização de estudos qualitativos complementares, incluindo entrevistas e questionários aplicados diretamente aos profissionais de TI, de modo a captar suas experiências e percepções. Também se recomenda a ampliação da análise para outras regiões brasileiras, a fim de permitir comparações e compreender se as características observadas em Santa Catarina são específicas do contexto regional ou refletem tendências nacionais do mercado de TI.

## AGRADECIMENTOS

Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC) “Edital 19/2024”.

## REFERÊNCIAS

- BASTIANI, S.; TREVISOL, J. A expansão da educação superior presencial em Santa Catarina (1990-2016). **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 4, n. 3, p. 558–579, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/riesup.v4i3.8651889>. Acesso em: 3 jul. 2025.
- BATISTA, A.; SANTANA, V.; FERRITE, S. Registro de dados sobre acidentes de trabalho fatais em sistemas de informação no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 3, p. 693–704, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018243.35132016>. Acesso em: 25 ago. 2025.
- BONINI, P.; CUSTODIO, C.; SILVA, F. Força de trabalho em ciência e tecnologia: Santa Catarina no contexto brasileiro. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 15, n. 46, p. 80, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3895/cgt.v15n46.13884>. Acesso em: 1 jun. 2025.
- BRITO, R.; RONCALLI, Â. Validation of self-reported measures of nutritional status: A study based on the PNS 2019. **Revista de Saúde Pública**, v. 58, n. 1, p. 28, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2024058005505>. Acesso em: 10 set. 2025.
- CARDOSO, M.; OLIVEIRA, M.; ROSSIGNOLI, M. Arranjos produtivos locais: Impacto das políticas públicas no desenvolvimento econômico com enfoque de gênero. **Interfaces Científicas - Direito**, v. 9, n. 3, p. 140–153, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-381x.2024v9n3p140-153>. Acesso em: 4 out. 2025.
- DANTAS, D.; CASTILHO, D. O processo de privatização da Eletrobras e as tramas do controle privativo do setor elétrico brasileiro. **Revista Continentes**, n. 23, p. 45, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.51308/continentes.v1i23.450>. Acesso em: 19 jun. 2025.
- DUARTE, L.; CIRINO, J.; SETTE, A. Informalidade e diferenciação de rendimento entre os setores formal e informal para a região metropolitana de Belém. **Revista de Estudos Sociais**, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.19093/res5387>. Acesso em: 28 set. 2025.
- FELIZOLA, M.; GOMES, I.; SILVA, A. Protagonismo do ecossistema catarinense de inovação. **P2P e Inovação**, v. 10, n. 1, p. 101–126, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21728/p2p.2023v10n1.p101-126>. Acesso em: 2 jul. 2025.
- FERREIRA, F. G. et al.. Inclusão digital: uma questão social em combate à desigualdade. In: Anais do Seminário Internacional de Educação, Empreendedorismo e Gestão de Projetos. **Anais...Engenheiro Paulo de Frontin (RJ) IFRJ CEPF**, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/i-seminario-internacional-de-educacao-empreendedorismo-e-gestao-de-projetos-306748/784897-INCLUSAO-DIGITAL--UMA-QUESTAO-SOCIAL-EM-COMBATE-A-DESIGUALDADE>. Acesso em: 19 nov. 2025.
- GODOI, H. et al. Óbices da governança pública e sua influência sobre a atenção à saúde bucal no estado de Santa Catarina, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 11, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00184719>. Acesso em: 7 jul. 2025.
- GOMES, M.; SOUZA, S.; MAIA, K. Determinantes e probabilidade do primeiro emprego: Uma abordagem da demanda das empresas em Santa Catarina. **Revista de Ciências da Administração**, p. 24–37, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2017v19n48p24>. Acesso em: 1 set. 2025.

- IBGE. **CONCLA**: Comissão Nacional de Classificação. 2025. Disponível em: <https://concla.ibge.gov.br/documentacao/documentacao-cnae-2-0.html>. Acesso em: 15 jun. 2025.
- LAMPERT, C.; SCORTEGAGNA, S.; GRZYBOVSKI, D. Dispositivos legais no trabalho de cuidadores: Aplicação em instituições de longa permanência. **Read - Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 22, n. 3, p. 360–380, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-2311.09515.57137>. Acesso em: 22 ago. 2025.
- LONGEN, W. et al. Avaliação da incapacidade e qualidade de vida de trabalhadores da produção de indústrias cerâmicas. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 16, n. 1, p. 10–18, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5327/z1679443520180113>. Acesso em: 9 jul. 2025.
- MARINHO, G. et al. Classificação de cor/raça de filhos em domicílios indígenas no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, supl. 3, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00006119>. Acesso em: 4 set. 2025.
- MEDINA, F.; MAIA, M. A subnotificação de LER/DORT sob a ótica de profissionais de saúde de Palmas, Tocantins. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 41, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000100714>. Acesso em: 30 jun. 2025.
- MILAN, F. et al. Âmbitos de atuação profissional de egressos dos cursos de pós-graduação em educação física da UFSC. **Journal of Physical Education**, v. 30, n. 1, p. 3039, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/jphyseduc.v30i13039>. Acesso em: 7 out. 2025.
- MIORIN, J. et al. Prazer e sofrimento de trabalhadores de enfermagem de um pronto-socorro. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 27, n. 2, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-070720180002350015>. Acesso em: 26 jun. 2025.
- MOTA, R. et al. Notificação de incidentes relacionados à cadeia medicamentosa em um hospital de ensino. **Enfermagem Brasil**, v. 21, n. 5, p. 543–555, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33233/eb.v21i5.4577>. Acesso em: 12 jul. 2025.
- MOURA, J.; PAIVA, M. Empregados formais na indústria têxtil cearense: Estudo empírico de inserção socioeconômica nas micro e pequenas empresas vis-à-vis média e grandes empresas – 2005/2010. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas**, v. 3, n. 1, p. 141–166, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20872/24478407/regmpe.v3n1p141-166>. Acesso em: 11 jun. 2025.
- NASCIMENTO, C.; SILVA, W.; QUEIRÓZ, S. Trabalhadores formais com nível superior. **Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho**, n. 53, p. 198–217, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2020v1n53.53067>. Acesso em: 14 ago. 2025.
- NASCIMENTO, L.; SOUZA, M.; CAMPOS, M. Política estadual de regularização fundiária como forma de emancipação da mulher do campo. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 17, n. 4, e6063, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.4-117>. Acesso em: 24 set. 2025.
- NEVES, B.; CUNHA, M. Políticas públicas educacionais: Foco na inclusão digital. **Revista Educativa - Revista de Educação**, v. 20, n. 3, p. 527, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18224/educ.v20i3.6840>. Acesso em: 8 jun. 2025.
- OLIVEIRA, F.; BASTOS, J.; MORETTI-PIRES, R. Interseccionalidade, discriminação e qualidade de vida na população adulta de Florianópolis, sul do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, n. 11, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00042320>. Acesso em: 18 jul. 2025.



PEREIRA, R. et al. A desigualdade salarial no setor florestal brasileiro. **Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 23, e1633, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.48142/2320211633>. Acesso em: 20 ago. 2025.

RODRIGUES, R. et al. Influências da qualidade de vida laboral e motivação em uma empresa catarinense. **Desenvolve Revista de Gestão do Unilasalle**, v. 8, n. 3, p. 79, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18316/desenv.v8i3.5555>. Acesso em: 27 set. 2025.

SANTOS, H.; MENEZES, M. Políticas de profissionalização para mulheres e a invisibilidade em gestões municipais: O caso de municípios piauienses. **Revista Informação em Cultura - RIC**, v. 5, n. 2, p. 7–19, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21708/issn2674-6549.v5i2a11807.2023>. Acesso em: 17 jun. 2025.

SCHÄFER, A. et al. Desigualdades regionais e sociais na realização de mamografia e exame citopatológico nas capitais brasileiras em 2019: Estudo transversal. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 30, n. 4, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1679-49742021000400016>. Acesso em: 5 ago. 2025.

SILVA, I.; GONÇALVES, W. A mulher na TI: Uma análise do comportamento de sua participação no mercado de trabalho no Brasil para os anos 2020 a 2024. **Recima21 - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 6, n. 7, e676654, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.47820/recima21.v6i7.6654>. Acesso em: 7 out. 2025.

SILVA, T. et al. Política nacional de saúde integral da população negra: Uma proposta de avaliação. **Saúde em Debate**, v. 45, n. 129, p. 354–365, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042021129102>. Acesso em: 23 jun. 2025.

SOUSA, M. Disparidades de gênero e a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: Análise regional e setorial de 2011 a 2021. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 22, n. 2, p. 49–64, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/ccsa.v22i2.17386>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SOUZA, H. et al. Escolaridade, carteira de trabalho e renda dos empregados no meio rural brasileiro. **Revista Campo-Território**, v. 10, n. 20, p. 468–492, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/rct102027044>. Acesso em: 6 set. 2025.

STEFANO, S. et al. Mercado de trabalho: Análise da produção científica internacional. **International Journal of Professional Business Review**, v. 5, n. 1, p. 28–42, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.26668/businessreview/2020.v5i1.122>. Acesso em: 1 jun. 2025.

VALPASSOS, J. F. S.. Contribuições bibliográficas na formação integral do servidor técnico administrativo: um olhar omnimaterial acerca do trabalho... In: Anais do Seminário Internacional de Educação, Empreendedorismo e Gestão de Projetos. **Anais...Engenheiro Paulo de Frontin(RJ) IFRJ CEPF**, 2023. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/i-seminario-internacional-de-educacao-empreendedorismo-e-gestao-de-projetos-306748/782408-CONTRIBUICOES-BIBLIOGRAFICAS-NA-FORMACAO-INTEGRAL-DO-SERVIDOR-TECNICO-ADMINISTRATIVO--UM-OLHAR--OMNIMATERIAL-A-CER>. Acesso em: 19 nov. 2025.

VIANA, L. et al. Avaliação de indicadores da estratégia Brasil livre da tuberculose no município de Imperatriz – MA. **PBPC**, v. 3, n. 2, p. 386–401, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/pbpc.v3i2.89>. Acesso em: 12 set. 2025.

VIEIRA, T. et al. Estudos sobre políticas para mulheres no Brasil (2016–2021). **Nova Revista Amazônica**, v. 11, n. 3, p. 9, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.18542/nra.v11i3.16423>. Acesso em: 21 ago. 2025.